**Psicanalise em extensão com jovens da periferia do Rio de Janeiro: os usos do dispositivo *Tá na roda***

 **Beatriz Chacur Mano**

 **Claudia Amorim Garcia**

 **Fania Izhaki**

 **Introdução**

 Migrar do *setting* psicanalítico clássico para espaços sociais pressupõe métodos de intervenção alternativos em que se trabalham nas fronteiras da psicanálise. Neste contexto, a discussão sobre os limites e possibilidades do trabalho realizado e a problematização da prática colocam-se como cruciais para sua legitimação.

 Há quatro anos, um grupo de psicanalistas do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro vem trabalhando com a psicanálise em extensão nos cursos oferecidos a jovens da periferia do Rio de Janeiro pelo Galpão Aplauso[[1]](#footnote-1). No projeto *Tá na roda*, um grupo em torno de vinte jovens e dois coordenadores psicanalistas se reúnem semanalmente, por uma hora, ao longo de um semestre. Nosso objetivo é criar um espaço de escuta onde se pode testemunhar, reconhecer, legitimar e promover a circulação da palavra em sua multiplicidade de sentidos e em sua plasticidade criadora.

 Neste trabalho, gostaríamos de abordar um recorte dessa experiência desafiante e enriquecedora, enfatizando, sobretudo, os modos de usar o espaço de escuta tanto por parte dos coordenadores quanto por parte dos jovens.

 **Tá na Roda**

 O *Tá na roda* pode ser definido como um dispositivo de intervenção grupal. Pensamos dispositivo com Agamben que o define, segundo Fanlo (2011), como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. (p.5)

Quando trabalhamos no *Tá na roda*, visamos potencializar a circulação da palavra e facilitar mudanças nos processos de singularização dos participantes do grupo. Para tal usamos uma escuta analítica, trabalhamos na transferência e enfatizamos a manutenção do sigilo pedindo aos participantes que mantenham no âmbito do grupo o que ali é abordado.

 Quando apresentamos a proposta aos participantes enfatizamos a especificidade dos encontros em relação às oficinas que frequentam. Estamos ali como um grupo de psicanalistas que tem interesse em trabalhar e pesquisar sobre o trabalho em contextos diferentes do consultório particular. Poucos sabem o que é psicanálise ou tiveram algum atendimento psicológico. Assim ficamos num lugar um pouco enigmático para eles. Converter a estranheza em possibilidade de diálogo tem sido nosso primeiro desafio.

 No *Tá na roda*, a fala de cada um surge no entre cruzamento da rede de relações no grupo, do grupo e de cada participante com a instituição e com a sociedade, da história pessoal de cada participante atravessada pelas relações conscientes e inconscientes da dinâmica grupal. No dispositivo grupal, as cadeias associativas individuais/singulares e grupais, efeito das alianças inconscientes (Kaes citado por Castanho, 2018), interagem o que permite que cada um fale em nome próprio e como porta voz do grupo (Pichon RIvière, 1980) que, frequentemente enuncia ou coloca em imagens uma experiência vivida em conjunto sem se dar conta. Essa polifonia dos planos associativos (Castanho, 2018, p.160) desafia os coordenadores a intervir no processo com uma escuta e um manejo que possibilitem uma troca intersubjetiva entre os participantes e propiciem a simbolização, a partir das cadeias associativas, e as transformações subjetivas daí resultantes.

 Esta experiência intersubjetiva estruturante é uma construção que varia com o movimento possível ao grupo a cada encontro. O olhar, a proximidade entre participantes, as fantasias inconscientes e as alianças inconscientes tanto podem facilitar quanto prejudicar o processo. Há momentos onde predominam a agitação, o falar incontinente, o pensar, o sentir e o agir estereotipados. Há outros em que o trabalho da intersubjetividade “se constrói à medida em que se cumprem certas funções de continência, de hospedagem e de transformação dos pensamentos inconsciente de um outro ou mais de um outro ao qual o sujeito está ligado.” (Kaes citado por Castanho, 2016, p.184). As variações das experiências intersubjetivas foram pregnantes durante os encontros e nos conduziram à abordagem da diversidade de usos dos encontros pelo grupo e pelos participantes.

 Assim como Roussillon (2005) aceitamos modificações em nosso dispositivo de intervenção sempre que estas venham a facilitar as possibilidades e as vias de simbolização das experiências vividas e sua apropriação subjetiva. Para cumprir “certas funções de continência”, facilitar o acesso a registros psíquicos primários e a dinâmica de compartilhamento adotamos, por vezes, redefinições do enquadre proposto. Introduzimos mediadores na dinâmica grupal, sejam eles: o uso de palavras chaves trazidas de um encontro para outro[[2]](#footnote-2)[[3]](#footnote-3), a separação do grupo em subgrupos que trabalham com desenhos ou escritos para, depois, trazer suas idéias ao grupo todo, a confecção de histórias conjuntas ou a teatralização de situações. Por outro lado, no processo de trabalho dos coordenadores, a institucionalização dos relatos sobre o que ocorreu nos grupos e as reuniões de coordenadores também se constituíram como elementos importantes do dispositivo de trabalho. Nesse sentido, ficou claro para nós que o coordenador, como querem Broide&Broide (2016), se faz na coordenação dos grupos, tornando-se suporte daquilo que os integrantes do grupo lhe adjudicam a operar a partir de suas múltiplas transferências. Queiramos ou não, nossas intervenções operam numa direção e outorgam direcionalidade ao processo, o que não exclui a possibilidade de, por vezes, o cavalo arrastar o cavaleiro, como nos alertou Winnicott.

**Usos do dispositivo pelos participantes do grupo**

 Quando desenvolve o conceito de uso de um objeto diferenciando-o, em sua especificidade, do conceito de relação de objeto, Winnicott (1989) nos ensina a importância de discriminarmos clinicamente a natureza do objeto para o sujeito: se ele possui um estatuto de realidade compartilhada e o sujeito se relaciona com ele de forma diferenciada como um fenômeno não-subjetivo, ou se, ao contrário, o objeto possui um estatuto de realidade subjetiva, como um feixe de projeções subjetivas, e sua externalidade é, pelo sujeito, desconsiderada. Winnicott enfatiza que é apenas em sua externalidade que um objeto pode ser usado; que o uso de um objeto é uma capacidade a ser adquirida, uma potencialidade que precisa se realizar nas relações de cuidado primário. Se o objeto não sobrevive à agressividade do sujeito firmando sua autonomia, sua natureza puramente subjetiva permanece inabalável para o sujeito que o envolve em suas fantasias onipotentes. Nesta última situação, propõe Winnicott, o estatuto e a forma de se relacionar com objeto não se transformam uma vez que o sujeito não desenvolve a capacidade de usar um objeto e de ser usado. Diz ele:

“Relacionar-se com objetos é uma experiência do sujeito que pode ser descrita em termos do sujeito como algo isolado. Quando falo do uso de um objeto, contudo, estou tomando o relacionar-se com objetos como certo, e adiciono novos aspectos que envolvem a natureza e o comportamento do objeto.” (Winnicott,1989: p.173).

 Ou seja, existem modos diferenciados de relação de objeto, se a consideramos em um sentido mais amplo, segundo a capacidade de diferenciação sujeito / objeto e, consequentemente, a natureza que aquele possui para o sujeito em questão. “...relacionar-se pode se dar com um objeto subjetivo, mas o uso implica que o objeto faz parte da realidade externa” (idem: p.177) Winnicott conceitua o “não-uso” enquanto índice do estado mais primário de desenvolvimento do Eu, podendo ser também uma forma de proteção do objeto por medo de que ele não sobreviva à destruição, ou ainda a expressão do próprio ódio.

 A experiência do *Tá na roda* nos levou a considerar diferentes possibilidades de uso do dispositivo pelos participantes. Veremos que situações que facilitavam as cadeias associativas e/ou apropriações subjetivas apontavam para o uso do objeto no sentido winnicottiano mas, por outro lado, situações que se aproximavam do “não-uso” também se presentificavam. Veremos, ainda, a formação de subgrupos auto-excludentes que aparentemente rejeitavam a dinâmica grupal se mostrava como expressão do uso do dispositivo. Assim, pareceu-nos importante chamar a atenção para estas diferentes formas de uso salientando a importância de acolher, testemunhar e trabalhar estas situações.

 As possibilidades de uso do dispositivo proposto estão certamente interligadas com a precariedade social com que conviveram os jovens ao longo de seu processo de constituição subjetiva. Furtos (2008) aborda como a precariedade social exacerbada termina por gerar perda de confiança em si, no outro e na sociedade como um todo. E salienta como a tripla confiança está na raiz de um narcisismo aberto `a alteridade e à temporalidade. Carreteiro (2003) chama a atenção para o modo como os adolescentes de classes menos favorecidas, num Brasil onde prevalece extrema desigualdade social, passam por situações de humilhação, vergonha e falta de reconhecimento que se inscrevem psiquicamente, em cada um deles, sem, no entanto, serem compartilhados coletivamente. Neste sentido, suas histórias pessoais estão permeadas por situações em que a desigualdade de oportunidades e a violência simbólica tanto da falta de reconhecimento quanto do reconhecimento estigmatizante (Castel,1998) vão se constituindo como traumas cumulativos (Khan, 1984). Aqui, estamos usando a expressão de trauma cumulativo para designar a invasão recorrente de estímulos do mundo externo e interno que caracterizam as situações de precariedade social e que vão gerando traumas recorrentes com o agravante de serem silenciados ou de não encontrarem possibilidades suficientemente boas de mediação, nem na família nem na sociedade, através de uma escuta testemunhal. A confrontação com os preconceitos de cor, de gênero, de classe, os abusos da polícia, os abusos sexuais, o descaso e os desmentidos de algumas dessas situações fazem parte do caldo de cultura em que cresceram estes adolescentes. Nossa função, enquanto psicanalistas, é escutar como os modos de ser periféricos, numa sociedade desigual, estão entranhados nas experiências subjetivas dos jovens e emergem nos encontros para serem partilhados e trabalhados[[4]](#footnote-4). Percebemos, então, que o grupo, assim como cada um dos participantes, realizava uma função de testemunha frente aos relatos muitas vezes de caráter traumático que frequentemente eram trazidos.

 Gagnebin (2009) fala sobre a importância da testemunha como

“aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade, ou por compaixão....” (p.57).

 Assim, nos encontros, sentimos a importância de nos legitimarmos como testemunhas que suportam e escutam passando adiante, como um bastão de revezamento, as falas em processo carregadas de pavor e raiva. Nossa postura de escuta implicada (Figueiredo, 2009) parece ter contribuído para que o uso do grupo e dos coordenadores, como testemunhas de narrativas de eventos traumáticos, pudesse se constituir como situação privilegiada potencializadora de transformações.

 Trabalhar para fazer frente à naturalização e à invisibilidade das situações traumáticas foi o convite que os participantes do grupo nos fizeram a partir de seus porta-vozes. Neste sentido, compartilhar narrativas de situações traumáticas pode ser uma forma de se apropriar da própria história e questionar identificações imagináriasresultantes dessas situações. Como escreveram Broide&Broide (2011) pode ser um caminho para sair “da invisibilidade e do circuito cristalizado e fixado da identificação imaginária e doentia do inexorável destino” (p.20).

 Durante as narrativas, ficava flagrante o respeito e a empatia com aquele que falava. Por vezes, se sucediam os relatos de traumas, com muito choro e solidariedade. Aos coordenadores cabia, ainda, uma escuta testemunhal implicada intervindo para descristalizar narrações através de falas do tipo: “você tinha oito anos e ele era adulto, não pode levar a culpa” ou “que triste protegerem só a professora e você ficar sem nenhum apoio”, abrindo a possibilidade de ver as narrativas sob um novo ângulo. Por vezes, só ratificávamos o que eles não ousavam sentir: “isso dá muita raiva”, “que tristeza isto ter acontecido”. Por vezes, chegamos mesmo a discutir as reações possíveis: “esfaquear, resolve o problema ou cria outro?”. Alguns puderam fazer uso dessa escuta testemunhal implicada abrindo novas possibilidades no presente para sair da repetição.

 Por outro lado, em algumas situações, as trocas intersubjetivas se davam a partir de um feixe de projeções. Em muitas ocasiões, esta foi a forma utilizada para fazer emergir formas de reconhecimento estigmatizante que lhes haviam sido atribuídas. Participantes do grupo, rotulavam outros participantes como forma de se proteger mas trazer para a *roda*, por exemplo, o fato de morar em comunidade, ser gay ou ser descontrolado. Nestas ocasiões, o manejo por parte dos coordenadores implicava em lidar com um circuito de projeções como forma possível de falar de si, num uso regredido, aparentemente paradoxal, que se aproximava do não-uso no sentido winnicottiano[[5]](#footnote-5).

 Ao longo dos encontros, uma outra forma de usar o dispositivo se fez presente. Um grupo de participantes fez uma aliança de trabalho bastante específica sustentando uma participação diferenciada no grupo. O subgrupo trouxe o tema das cancelas como elemento que isola parte da sociedade e participou da dinâmica grupal, consistentemente, sustentando uma posição de operar sua cancela para se isolar e, mais do que isto, para se manter numa estrutura congelada promovendo uma “auto-exclusão” (Furtos, 2016) paradoxalmente inclusiva.

 A proposta de isolamento ficou clara quando alguém do grupo foi fazer uma apresentação na zona sul. A posição do subgrupo era de que não valia a pena se apresentar artisticamente para aqueles que “não vivem o mesmo que a gente” ou que estão do outro lado da cancela. Mas, mais do que isto, “cancelas” eram baixadas e todo e qualquer trânsito – psíquico, emocional, nas diferenças – ficava praticamente impedido. Narrativas de situações, certamente traumáticas, muitas vezes eram produzidas em sequência, apartadas, no entanto, da dimensão vivencial afetiva. Quando o grupo conversava sobre experiências que expressavam um lugar de invisibilidade social ou sobre situações que punham em cena a impossibilidade de sair da dor e do desamparo, o subgrupo, com frequência, usava um discurso pronto de militância usando a discussão da questão social como forma de tamponar toda possibilidade de desconstrução e reinvenção criativa de si mesmo e de seu lugar na sociedade.

 Trabalhar os movimentos do grupo conjugados aos movimentos deste subgrupo passou a ser nosso desafio. Por um lado, a adoção do discurso militante em defesa de uma minoria apontava para uma identificação e assegurava um nível de pertencimento. Mas, também, os cristalizava como vítimas ou como aqueles que não poderiam se integrar reafirmando experiências e internalizações do campo social com suas desigualdades e menos valia. Eles se auto denominavam “os pretinhos”, advogavam ficar nas comunidades e entre gays. A rigidez das posturas e a recusa que silenciosamente os impedia de sofrer indicavam uma defesa. Legítima defesa? Estratégia psíquica de sobrevivência? Um recurso possível frente à ameaça de desorganização, como tentativa de neutralizar e/ou tamponar o retorno do cindido (Roussilon, 2004)?

 No grupo convivemos com esta defesa, respeitando-a como estratégia de sobrevivência e entendendo que este parecia ser um dos usos possíveis para alguns de seus participantes. Nossa escuta testemunhal e a certeza que a nós cabia sobreviver sem retalhar, apesar de, por vezes, nos sentirmos ameaçadas e abandonadas, parece ter facilitado, para alguns, sair de seu solipsismo traumático e sintomático” (Perdomo, 2011, p.17) abrindo-se para o coletivo.

 Assim, os encontros do *Tá na roda*, permitiram juntar forças e narrativas, propiciando trocas afetivas e, por vezes, o traçar de novos caminhos de afirmação singular e grupal. Pois é “a partir da apropriação da história que outra história pode vir a ser” (Perdomo, 2011, p.17). Ir de encontro a um social marcado pela desigualdade é se confrontar com processos de subjetivação onde a desigualdade se entranhou. Então, tem-se que estar preparado para acolher testemunhar e trabalhar com formas mais regredidas ou mais defensivas de estar no mundo. Com respeito e sem euforia transformadora.

 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\* Broide, J., & Broide, E. E. (2016). *A psicanálise críticas: metodologia clínica e intervenções*. (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Editora Escuta.

\* Carreteiro, T. C. (2003). *Sofrimentos sociais em debate*. Psicologia USP, 14(3), 57-72.

\* Castanho, P. (2018*). Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituições*. São Paulo, brasil: Editora Linear A-barca.

\* Castel, R. (1998). *Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

\* Fanlo, L. G. (mai, 2011). *¿Que es um dispositivo?: Foucault, Deleuze, Agamben*. Em AParteRei 74. Recuperado de <http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei> /

\* Figueiredo, L. C. (2009). *As diversas faces do cuidado* (Cap. A metapsicologia do cuidado). São Paulo, Brasil: Escuta.

 \* Furtos, J. (2001). *Précarité du monde et souffrance psychique*. Dossier La souffrance psychique. Rhizome. Bulletin National Santé Mentale et Précarité, n. 5.

\* Furtos, J. (2008). “Le syndrome d’auto-exclusion”. Em Furtos, J. (Ed.), *Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Paris, França: Elsevier Masson.

\* Gagnebin J.M. (2009). *Lembrar, escrever, esquecer*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora 34.

\* Perdomo, M. C. (2011). Abertura. Em Perdomo, M. C., Cerriti, M. (Ed.) *Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica.* São Paulo, Brasil: Primavera Editorial.

\* Pichon-Rivière, E. (1980). El proceso grupal: del psicoanálisis a la psicología social. (5ª ed). Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión.

\* Roussillon, R (oct.2004). Les situations extremes et la clinique de la survivance psychique. Recuperado de https://reneroussillon.com/situations-extremes/situations-extremes-2004/

\* Roussillon, R (2005). Aménagements du cadre analytique. Em Urrubari, F. (Ed.), *Autour de l’ouevre d’André Green/ Francois Richards* (pp53-65). Paris, França: Presses Universitaires de France.

\* Winnicott, D.W. (1989). O uso do objeto. Em Winnicott, C., Shepherd, R., Davis, M. (Ed.), *Explorações psicanalíticas* (pp 170-191). Porto Alegre, Brasil: Editora Artes Médicas Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\* Broide, J., & Broide, E. E. (2016). A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções. (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Editora Escuta.

\* Carreteiro, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. Psicologia USP, 14(3), 57-72.

\* Castanho, P. (2018). Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituições. São Paulo, brasil: Editora Linear A-barca.

\* Castel, R. (1998). Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis, Brasil: Vozes.

\* Fanlo, L. G. “? que es um dispositivo?: Foucault, Deleuze, Agamben. In AParteRei 74. Maio de 2011, recuperado de <http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei> / em fevereiro 18, 2019.

\* Figueiredo, L. C. (2009). As diversas faces do cuidado (Cap. A metapsicologia do cuidado). SP, Brasil: Escuta.

 \* Furtos, J. (2001). Précarité du monde et souffrance psychique. Dossier La souffrance psychique. Rhizome. Bulletin National Santé Mentale et Précarité, n. 5.

\* Furtos, J. (2008). “Le syndrome d’auto-exclusion”. In Furtos, J. (éd.), Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs. Paris: Elsevier Masson.

\* Gagnebin J.M. (2009). Lembrar, escrever, esquecer. Rio de Janeiro, Brasil: Editora 34.

\* Perdomo, M. C. “Abertura”. In Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica / Maria Cristina Perdomo, Marta Cerruti (organizadoras). São Paulo: Primavera Editorial, 2011.

\* Pichon-Rivière, E. (1980). El proceso grupal: del psicoanálisis a la psicología social. (5ª ed). Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión.

\* Roussillon, R (oct.2004). Les situations extremes et la clinique de la survivance psychique. Recuperado de https://reneroussillon.com/situations-extremes/situations-extremes-2004/

\* Roussillon, R (2005). Aménagements du cadre analytique. In Autour de l’ouevre d’André Green/ Francois Richards., Fernando Urrubari (orgs). (pp53-65). Paris: Presses universitaires de France, 2005.

\* Winnicott, D.W. (1989). O uso do objeto. Em Winnicott, C., Shepherd, R., Davis, M. (Ed.), Explorações psicanalíticas (pp 170-191). Porto Alegre, Brasil: Editora Artes Médicas Sul.

**Psicoanálisis en extensión con jóvenes de la periferia de Río de Janeiro:**

**los usos del dispositivo *Tá en la Ronda***

 **Beatriz Chacur Mano**

 **Claudia Amorim Garcia**

 **Fania Izhaki**

  **Introducción**

Migrar del encuadre psicoanalítico clásico para espacios sociales presupone métodos de intervención alternativos a los que se trabajan en las fronteras del psicoanálisis. En este contexto, la discusión sobre los límites y posibilidades del trabajo realizado y la problematización de la práctica se presentan como cruciales para su legitimación.

Desde hace cuatro años, un grupo de psicoanalistas del Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ) ha estado trabajando con psicoanálisis en extensión en cursos ofrecidos a jóvenes de la periferia de Río de Janeiro por el Galpão Aplauso[[6]](#footnote-6)¹. En el proyecto *Tá en la Ronda*, un grupo en torno veinte jóvenes y dos coordinadores psicoanalistas se reúnen semanalmente, por una hora, a lo largo de un semestre. Nuestro objetivo es crear un espacio de escucha donde se puede testimoniar, reconocer, legitimar y promover la circulación de la palabra en su multiplicidad de sentidos y en su plasticidad creadora.

En este trabajo, nos gustaría abordar un recorte de esta experiencia desafiante y enriquecedora, enfatizando sobre todo los modos de usar el espacio de escucha, tanto por parte de los coordinadores como de los jóvenes.

***Tá en la Ronda***

El *Tá en la Ronda* puede ser definido como un dispositivo de intervención grupal. Pensamos dispositivo con Agamben que lo define, según Fanlo (2011) como “cualquier cosa que tenga de algún modo la capacidad de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar y asegurar los gestos, las conductas, las opiniones y los discursos de los seres vivientes” ( p. 5).

Cuando trabajamos en el *Tá en la Ronda*, pretendemos potenciar la circulación de la palabra y facilitar cambios en los procesos de singularización de los participantes del grupo. Para eso, utilizamos una escucha analítica, trabajamos en la transferencia y enfatizamos el mantenimiento del sigilo, pidiendo a los participantes que mantengan en el ámbito del grupo lo que allí se aborda.

 Cuando presentamos la propuesta a los participantes enfatizamos la especificidad de los encuentros en relación a los talleres que frecuentan. Estamos allí como un grupo de psicoanalistas que tiene interés en trabajar y investigar sobre el trabajo en contextos diferentes del consultorio particular. Pocos saben lo que es psicoanálisis o han tenido alguna atención psicológica. Por lo que nos quedamos en un lugar un poco enigmático para ellos. Convertir la extrañeza en la posibilidad bde diálogo ha sido nuestro primer desafío.

En el *Tá en la Ronda*, el habla de cada uno surge en el entre cruzamiento de la red de relaciones en el grupo, del grupo y de cada participante con la institución y con la sociedad, de la historia personal de cada participante atravesada por las relaciones conscientes e inconscientes de la dinámica grupal. En el dispositivo grupal, las cadenas asociativas individuales/singulares y grupales, efecto de las alianzas inconscientes (Kaes citado por Castanho, 2018), interactúan lo que permite que cada uno hable en nombre propio y como portavoz del grupo (Pichon Rivière, 1980) que a menudo enuncia o muestra en imágenes una experiencia vivida en conjunto sin dar cuenta. Esta polifonía de los planes asociativos (Castanho, 2018) desafía a los coordinadores a intervenir en el proceso con una escucha y un manejo que posibiliten un intercambio intersubjetivo entre los participantes y propicien la simbolización, a partir de las cadenas asociativas, y las transformaciones subjetivas resultantes.

Esta experiencia intersubjetiva estructurante es una construcción que varía con el movimiento posible al grupo en cada encuentro. La mirada, la proximidad entre participantes, las fantasías inconscientes y las alianzas inconscientes, tanto pueden facilitar o perjudicar el proceso. Hay momentos donde predominan la agitación, el hablar incontinente, el pensar, el sentir y el actuar estereotipados. Hay otros en que el trabajo de la intersubjetividad "se construye a medida en que se cumplen ciertas funciones de continencia, de hospedaje y de transformación de los pensamientos inconscientes de otro o más de otro al que el sujeto está conectado” (Kaes citado por Castanho, 2016, p. 184). Las variaciones de las experiencias intersubjetivas fueron preponderantes durante los encuentros y nos condujeron al abordaje de la diversidad de usos de los encuentros por el grupo y por los participantes.

Así como Roussillon (2005) aceptamos modificaciones en nuestro dispositivo de intervención siempre que éstas vengan a facilitar las posibilidades y las vías de simbolización de las experiencias vividas y su apropiación subjetiva. Para cumplir "ciertas funciones de continencia", facilitar el acceso a registros psíquicos primarios y la dinámica de compartir adoptamos, a veces, redefiniciones del encuadre propuesto. Hemos introducido mediadores en la dinámica grupal, sean estos: el uso de palabras claves traídas de un encuentro a otro[[7]](#footnote-7)², la separación del grupo en subgrupos que trabajan con dibujos o escritos para luego traer sus ideas al grupo entero, la confección de historias conjuntas o la teatralización de situaciones. Por otro lado, en el proceso de trabajo de las coordinadoras, la institucionalización de los relatos sobre lo que ocurrió en los grupos y las reuniones de coordinadoras también se constituyeron como elementos importantes del dispositivo de trabajo. En ese sentido, quedó claro para nosotros que el coordinador, como quieren Broide & Broide (2016), se hace en la coordinación de los grupos convirtiéndose en soporte de lo que los integrantes del grupo le adjudican a operar a partir de sus múltiples transferencias. Queramos o no, nuestras intervenciones operan en una dirección y otorgan direccionalidad al proceso, lo que no excluye la posibilidad de, a veces, el caballo arrastrar al caballero, como nos ha advertido Winnicott.

**Usos del dispositivo por los participantes del grupo**

Cuando se desarrolla el concepto de uso de un objeto diferenciándolo, en su especificidad, del concepto de relación de objeto, Winnicott nos enseña la importancia de que discriminemos clínicamente la naturaleza del objeto para el sujeto: si él posee un estatuto de realidad compartida y el sujeto se relaciona con él de forma diferenciada cómo un fenómeno no-subjetivo, o si, al contrario, el objeto posee un estatuto de realidad subjetiva, cómo un haz de proyecciones subjetivas, y su externalidad es, por el sujeto, desconsiderada. Winnicott enfatiza que es apenas en su externalidad que un objeto puede ser usado; que el uso de un objeto es una capacidad a ser adquirida, una potencialidad que necesita realizarse en las relaciones del cuidado primario. Si el objeto no sobrevive a la agresividad del sujeto firmando su autonomía, su naturaleza puramente subjetiva permanece inquebrantable para el sujeto que lo envuelve en sus fantasías omnipotentes. En esta última situación, propone Winnicott (1989), el estatuto y la forma de relacionarse con el objeto no se transforman una vez que el sujeto no desarrolla la capacidad de usar un objeto y de ser usado. Dice él:

Relacionarse con objetos es una experiencia del sujeto que puede ser descrita en términos del sujeto cómo algo aislado. Cuando hablo del uso de un objeto, sin embargo, estoy tomando el relacionarse con objetos cómo cierto, y agrego nuevos aspectos que abarcan la naturaleza y el comportamiento del objeto ( p. 173).

O sea, existen modos diferenciados de relación de objeto, si lo consideramos en un sentido más amplio, según la capacidad de diferenciación sujeto/objeto y, consecuentemente, la naturaleza que aquél posee para el sujeto em cuestión. Relacionarse “puede darse con un objeto subjetivo, pero el uso implica que el objeto es parte de la realidad externa” (Winnicott,1989, p. 177)[[8]](#footnote-8).

La experiencia del *Tá en la Ronda* nos llevó a considerar distintas posibilidades de uso del dispositivo por los participantes. Veremos que situaciones que facilitaban las cadenas asociativas y/o apropiaciones subjetivas apuntaban para el uso del objeto en el sentido winnicottiano pero, por otro lado, situaciones que si acercan del “no-uso” también se hacían presentes. Veremos, además, la formación de subgrupos auto-excluyentes que aparentemente rechazaban la dinámica grupal se mostraba cómo expresión del uso del dispositivo. De este modo, nos parece importante llamar la atención para estas distintas formas de uso subrayando la importancia de acoger, testimoniar y trabajar estas situaciones.

Las posibilidades de uso del dispositivo propuesto están ciertamente interconectadas con la precariedad social con que convivieron los jóvenes a lo largo de su proceso de constitución subjetiva. Furtos (2008) aborda cómo la precariedad social exacerbada termina por generar pérdida de confianza en sí mismo, en el otro y en la sociedad cómo un todo. Y subraya cómo la triple confianza está en la raíz de un narcisismo abierto a la alteridad y a la temporalidad. Carreteiro (2003) llama la atención para el modo cómo los adolescentes de clases menos favorecidas, en un Brasil dónde prevalece extrema desigualdad social, pasan por situaciones de humillación, vergüenza y falta de reconocimiento que se inscriben psíquicamente, en cada uno de ellos, sin, sin embargo, a ser compartido colectivamente. En este sentido, sus historias personales están permeadas por situaciones en que la desigualdad de oportunidades y la violencia simbólica tanto de la falta de reconocimiento cuanto del reconocimiento estigmatizante (Castel, 1998) se van constituyendo cómo traumas acumulativos (Khan, 1984). Aquí, estamos usando la expresión de trauma acumulativo para designar la invasión recurrente de estímulos del mundo externo y interno que caracterizan las situaciones de precariedad social y que van generando traumas recurrentes con el agravante de ser silenciados o de no encuentrar posibilidades suficientemente buenas de mediación, ni en la familia ni en la sociedad, a través de una escucha testimonial. La confrontación con los prejuicios de color, de género, de clase, los abusos de la policía, los abusos sexuales, lo descuido y los desmentidos de algunas de esas situaciones son parte del caldo de cultura en que crecieron estos adolescentes. Nuestra función, como psicoanalistas, es escuchar cómo los modos de ser periféricos, en una sociedad desigual se están entrañando en las experiencias subjetivas de los jóvenes y emergen nos encuentros para ser compartidos y trabajados³. Se percibió, entonces, que el grupo, así como cada uno de los participantes, realizaba una función de testigo frente a los relatos muchas veces de carácter traumático que a menudo se traían.

Gagnebin (2009) habla sobre la importancia del testigo cómo

aquél que no se marcha, que consigue escuchar la narración insoportable del otro y que acepta que sus palabras vayan enfrente, cómo en uma carrera de relevos, la historia del otro: no por culpabilidad, o por compasión (Gagnebin, 2009, p. 57).

 Así, en los encuentros, sentimos la importancia de legitimarnos cómo testigos que soportan y escuchan y lo llevan enfrente, cómo um testigo de relevos, las conversaciones en proceso cargadas de pavor y rabia. Nuestra postura de escucha implicada (Figueiredo, 2009) parece haber contribuído para que el uso del grupo y de los coordinadores, cómo testigos de narrativas de eventos traumáticos, pudiera constituirse cómo uma situación privilegiada potencializadora de transformaciones.

 Trabajar para hacer frente a la naturalización y la invisibilidad de las situaciones traumáticas fue la invitación que los participantes del grupo nos hicieron a partir de sus portavoces. En este sentido, compartir narrativas de situaciones traumáticas puede ser una manera de apropiarse de la propia historia y cuestionar identificadores imaginarios resultantes de esas situaciones. Cómo escrebían Broide & Broide (2011) puede ser un camino para salir “de la invisibilidad y del circuito cristalizado y fijado de la identificación imaginaria y enferma del inexorable destino” (p.20).

3 En general, proyectos sociales categorizan las poblaciones atendidas como: jóvenes de la periferia, jóvenes en proceso de inclusión. Mientras psicoanalistas, las categorizaciones sociológicas sólo pasan a ser relevantes cuando emergen y de la forma en que emergen como asunto a lo largo de los encuentros. Lo social atraviesa el encuadre psicoanalítico, sea cual sea, pero sólo puede y debe ser trabajado cuando es traído como relevante por los participantes de los encuentros.

Durante las narrativas, quedava flagrante el respeto y la empatía con aquél que hablaba. A veces, se sucedían, los relatos de trauma, con mucho lloro y solidaridad. A los coordinadores les imcumbe, además, una escucha testimonial implicada interviniendo para descristalizar narraciones a través de conversaciones del tipo: “tú tenias ocho años y él era adulto, no puedes tú llevar la culpa” o “que triste que protejan solamente la profesora y tú te quedas sin ningún apoyo”, abriendo la posibilidad de observar las narrativas bajo un nuevo ángulo. A veces, solo ratificávamos el que ellos no se permitían sentir: “eso da mucha rabia”, “que tristeza esto haber ocurrido”. A veces, hasta llegamos a discutir las posibles reacciones: ¿apuñalar, resuelve el problema o crea otro?”. Algunos pudieron hacer uso de esa escucha testimonial implicada abriendo nuevas posibilidades en el presente para salir de la repetición.

 Por otro lado, en algunas situaciones, los cambios intersubjetivos se daban a partir de un haz de proyecciones. En muchas ocasiones, esta fue la forma utilizada para hacer emerger formas de reconocimiento estigmatizante que les fueron assignadas. Participantes del grupo, rotulaban a otros participantes cómo forma de protegerse pero trayéndolo para la *ronda*, por ejemplo, el hecho de vivir en comunidade, ser gay o ser descontrolado. En estas ocasiones, el manejo por parte de los coordinadores implicaba tener que lidar con un circuito de proyecciones cómo forma posible de hablar de sí, en un uso retrocedido, aparentemente paradójico, que se acercaba del no-uso en sentido winnicottiano[[9]](#footnote-9).

 A lo largo de los encuentros, otra manera de utilizar el dispositivo se hizo presente. Un grupo de participantes hizo uma alianza de trabajo bastante específica sosteniendo una participación diferenciada en grupo. El subgrupo ha traído el tema de la dinámica grupal, consistentemente, apoyando una posición de operar su barrera para aislarse y, más que eso, para mantenerse en una estructura congelada promoviendo una “auto-exclusión” (Furtos, 2016) paradójicamente inclusiva.

La propuesta de aislamiento quedó clara cuándo alguien del grupo fue hacer una presentación en la zona sur. La posición del subgrupo era de que no valía la pena presentarse artísticamente para aquellos que “no viven lo mismo que nosotros” o los que están del otro lado de la barrera. Pero, más que esto, las barreras eran cerradas y cualquier tránsito – psíquico, emocional, en las diferencias – quedaba prácticamente impedido. Narrativas de situaciones, ciertamente traumáticas, muchas veces eran producidas en secuencia, apartadas, sin embargo, de la dimensión vivencial afectiva. Cuándo el grupo conversaba sobre las experiencias que expresaban un lugar de invisibilidad social o sobre situaciones que traen a escena la imposibilidad de salir del dolor y del desamparo, el subgrupo, con frecuencia, usaba un discurso listo de militancia usando la discusión de la cuestión social cómo forma de tapar toda la posibilidad de deconstrucción y reinvención creativa de sí mismo y de su lugar en la sociedad.

Trabajar los movimientos del grupo combinados con los movimientos de este subgrupo pasó a ser nuestro desafío. Por un lado, la adopción del discurso militante en defensa de una minoría apuntaba para una identificación y aseguraba un nivel de pertenencia. Pero, también, les cristalizaba como víctimas o como aquellos que no podrían integrarse reafirmando experiencias y internalizaciones del campo social con sus desigualdades y minusvalía. Ellos se autodenominaban “los negritos”, abogaban quedarse en las comunidades y entre los *gays*. La rigidez de las posturas y el rechazo que silenciosamente los impedía de sufrir indicaban una defensa. ¿Legítima defensa? ¿Estrategia psíquica de supervivencia? ¿Un recurso posible delante la amenaza de desorganización, cómo intento de neutralizar y/o tapar el retorno del escindido (Roussilon, 2004)?

En el grupo convivimos con esta defensa, respetándola cómo estrategia de supervivencia y entendiendo que éste parecía ser uno de los usos posibles para algunos de sus participantes. Nuestra escucha testimonial y la certeza de que a nosotros cabía sobrevivir sin hacer trizas, a pesar de que, a veces, nos sentimos amenazadas y abandonadas, parece haber facilitado, para algunos, salir de su solipsismo traumático y sintomático” (Perdomo, 2011, p. 17) abriéndose para el colectivo.

 Así, los encuentros del *Tá en la Ronda*, permitieron juntar fuerzas y narrativas, propiciando cambios afectivos y, a veces, trazar de nuevos caminos de afirmación singular y grupal. Porque es “a partir de la apropiación de la historia que otra historia puede llegar a ser” (Perdomo, 2011, p. 17). Ir al encuentro a un social marcado por la desigualdad es de por si enfrentarse con procesos de subjetivación donde la desigualdad se entrañó. Entonces, tiene que estar preparado para acoger, testimoniar y trabajar con formas más retrocedidas o más defensivas de estar en el mundo. Con respeto y sin euforia transformadora.

**Referencias bibliográficas**

Broide, J., & Broide, E. E. (2016). *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Editora Escuta.

Carreteiro, T. C. (2003). *Sofrimentos sociais em debate*. Psicologia USP, 14(3), 57-72.

Castanho, P. (2018). *Uma introdução psicanalítica ao trabalho com grupos em instituições*. São Paulo, brasil: Editora Linear A-barca.

Castel, R. (1998). *Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Fanlo, L. G. *¿Que es um dispositivo?: Foucault, Deleuze, Agamben*. Em AParteRei 74. Maio de 2011, recuperado de <http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei> / em fevereiro 18, 2019.

Figueiredo, L. C. (2009). *As diversas faces do cuidado.* (Cap. A metapsicologia do cuidado). SP, Brasil: Escuta.

Furtos, J. (2001). *Précarité du monde et souffrance psychique*. Dossier La souffrance psychique. Rhizome. Bulletin National Santé Mentale et Précarité, n. 5.

Furtos, J. (2008). Le syndrome d’auto-exclusion. In Furtos, J. (Éd*.*)*, Les cliniques de la précarité: contexte social, psychopathologie et dispositifs*. Paris: Elsevier Masson.

Gagnebin J.M. (2009). *Lembrar, escrever, esquecer*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora 34.

Perdomo, M. C. (2011). “Abertura”. Em Perdomo, M. C., Cerruti M. (Ed.),*Trauma, memória e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica*. São Paulo, Brasil: Primavera Editorial.

Pichon-Rivière, E. (1980). *El proceso grupal: del psicoanálisis a la psicología social*. (5ª ed). Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión.

Roussillon, R (2004). *Les situations extremes et la clinique de la survivance psychique*. Recuperado de https://reneroussillon.com/situations-extremes/situations-extremes-2004/ em jan. 19,2019.

Roussillon, R (2005). Aménagements du cadre analytique. Em Richards, F., Urrubari, F. (Ed.), *Autour de l’ouevre d’André Green*. (pp53-65). Paris, França: Presses Universitaires de France, 2005.

Winnicott, D.W. (1989). O uso do objeto. Em Winnicott, C., Shepherd, R., Davis, M. (Ed.), *Explorações psicanalíticas* (pp 170-191). Porto Alegre, Brasil: Editora Artes Médicas Sul.

1. O Galpão oferece a jovens entre 15 e 24 anos das comunidades do Rio de Janeiro a oportunidade de participar de uma oficina artística (circo, música, teatro, artes plásticas ou dança) três tardes por semana. [↑](#footnote-ref-1)
2. Uma situação que percebemos é a falta de continuidade que parece existir na vida desses jovens e que emerge, nas *rodas de conversa*, como uma total descontinuidade entre os encontros. Sempre iniciamos os encontros perguntando sobre como foi o encontro passado e o que gostariam de falar sobre ele, hoje. Poucos lembram o que se passou, dizem que “aconteceram tantas coisas na última semana, foi há tanto tempo....” Não nos furtamos em entrar no jogo ativamente e sempre fazer um resumo através de palavras chaves ou temas que emergiram nos encontros passados. Esta participação ativa no asseguramento da continuidade, acabou, em nosso entender, atuando como uma prova concreta de nosso interesse no grupo e nas pessoas que trouxe a eles a sensação de estar sendo escutados. [↑](#footnote-ref-2)
3. . [↑](#footnote-ref-3)
4. Em geral, projetos sociais categorizam as populações atendidas como: jovens da periferia, jovens em processo de inclusão. Enquanto psicanalistas, categorizações sociológicas só passam a ser relevantes quando emergem e da forma como emergem como assunto ao longo dos encontros. O social perpassa o setting psicanalítico, seja ele qual for, mas só pode e deve ser trabalhado quando é trazido como relevante pelos participantes dos encontros. [↑](#footnote-ref-4)
5. Winnicott conceitua o “não-uso” enquanto índice do estado mais primário de desenvolvimento do Eu, podendo ser também uma forma de proteção do objeto por medo de que ele não sobreviva à destruição, mas podendo ser também a expressão do próprio ódio. [↑](#footnote-ref-5)
6. Galpão Aplauso ofrece a los jóvenes entre 15 y 24 años de las comunidades en Río de Janeiro la oportunidad de participar en un taller artístico (circo, música, teatro, artes visuales o danza) tres tardes a la semana. [↑](#footnote-ref-6)
7. ²Una situación que percibimos es la falta de continuidad que parece existir en la vida de esos jóvenes y que emerge, en las rondas de conversación, como una total discontinuidad entre los encuentros. Siempre iniciamos los encuentros preguntando sobre cómo fue el encuentro pasado y lo que quisieran hablar de él hoy. Pocos recuerdan lo que pasó, dicen que "sucedieron tantas cosas la semana pasada, fue hace tanto tempo..." No nos robamos en entrar en el juego activamente y siempre hacer un resumen a través de palabras claves o temas que emergieron en los encuentros pasados. Esta participación activa en el aseguramiento de la continuidad, acabó, a nuestro entender, actuando como una prueba concreta de nuestro interés en el grupo y en las personas que les traía la sensación de estar siendo escuchados. [↑](#footnote-ref-7)
8. Winnicott conceptúa el “no-uso” mientras índice del estado más primario de desarrollo del Yo, pudiendo ser también una manera de protección del objeto por miedo de que él no sobreviva a la destrucción, o a la expresión del propio odio. [↑](#footnote-ref-8)
9. Winnicott conceptualiza el "no-uso" como índice del estado más primario de desarrollo del Yo, pudiendo ser una forma de protección del objeto por miedo de que él no sobreviva a la destrucción, pero pudiendo ser también la expresión del propio odio. [↑](#footnote-ref-9)